

Sumário

ARTIGOS DOUTRINÁRIOS

- O recurso especial e a questão de direito e de fato – Súmula 7/STJ*
Cecilia Maria Piedra Marcondes.....15
- A nomeação dos membros da Suprema Corte dos Estados Unidos da América – reflexão sobre a nomeação dos Ministros do STF*
José Antonio Farah Lopes de Lima 27
- Consequencialismo judicial no processo tributário e na execução fiscal*
Roberto Lima Campelo 35
- Plano diretor como instrumento jurídico fundamental de organização do espaço urbano*
Alexandre Levin 54

JURISPRUDÊNCIA

DIREITO ADMINISTRATIVO

- Renovação de autorização de funcionamento de empresa de segurança. Condicionamento à comprovação de regularidade fiscal. Exigências - artigo 32, § 7º, Decreto nº 89.056/1983 e Portaria nº 387/2006. Ilegalidade. Violação ao princípio da legalidade.*
ApCiv 0005028-67.2008.4.03.6104
- Desembargador Federal Marcelo Saraiva..... 95
Preço pelo serviço prestado (PAN) e adicional ATAERO. Tarifa de uso das comunicações e dos auxílios à navegação aérea. Remuneração de serviços destinados a apoiar e tornar segura a navegação aérea. Contribuinte que opera tão somente voos visuais e não por instrumentos. Irrelevância.
ApCiv 0015147-31.2010.4.03.6100
Desembargadora Federal Consuelo Yoshida 99
- Improbidade administrativa. Inexigibilidade de licitação não configurada. Convênio com a União. Contratação de shows. Devolução dos valores recebidos. Enriquecimento ilícito do município. Multa civil. Princípios da proporcionalidade e razoabilidade.*
ApCiv 0001373-54.2013.4.03.6123
Desembargador Federal Antonio Cedenho..... 104

Servidor público. Aposentadoria integral por invalidez. Rol taxativo. Juízo positivo de retratação. Artigo 1.030, II, CPC/2015.

ApelRemNec 0010801-32.2013.4.03.6100

Desembargador Federal Cotrim Guimarães..... 118

Indenização devida a aluno que sofreu percalços acadêmicos, no cenário do FIES. Presença de graves sofrimentos íntimos. Responsabilidade do FNDE e da instituição de ensino superior.

Ag ApelRemNec 0002041-11.2015.4.03.6105

Desembargador Federal Johansom di Salvo 121

Mandado de Segurança. Ensino superior. Participação em cerimônia de colação de grau. Matérias pendentes. Possibilidade.

RemNecCiv 5004835-36.2018.4.03.6000

Desembargadora Federal Mônica Nobre127

Ação Civil Pública. Conselho de fiscalização profissional. Presença de enfermeiro em unidade hospitalar. Lei nº 7.498/1986. Supervisão e coordenação dos demais profissionais de enfermagem. Obrigatoriedade de prestação presencial e em período integral.

AI 5028891-91.2018.4.03.0000

Desembargador Federal André Nabarrete132

DIREITO COMERCIAL

Registro de comércio. Efeitos subjetivos da sentença. Poder regulamentar. Exigência de publicação das demonstrações financeiras. Sociedades de grande porte não constituídas sob a forma de S/A. Ausência de previsão legal.

RemNecCiv 5000362-60.2016.4.03.6102

Desembargador Federal Souza Ribeiro 141

DIREITO CONSTITUCIONAL

Entidade beneficente de assistência social. Imunidade. Artigo 150, VI, “c”, da Constituição Federal. Artigo 14 do CTN. CEBAS. Honorários advocatícios.

ApelRemNec 0024672-37.2010.4.03.6100

Desembargadora Federal Marli Ferreira149

Estatuto do Estrangeiro. Multa. Sopesamento de direitos humanos. Princípio da proporcionalidade. Hipossuficiência. Filho menor brasileiro. Permanência regular no momento da lavratura do auto de infração.

ApCiv 0018914-09.2012.4.03.6100

Desembargador Federal Nelton dos Santos.....159

Fornecimento de medicamento. Soliris. Imprescindibilidade do medicamento não demonstrada. Insuficiência do conjunto probatório.

ApCiv 0000778-90.2016.4.03.6142

Desembargadora Federal Cecília Marcondes169

DIREITO PENAL

Crime de apropriação indébita de fécula de mandioca de propriedade da União. Contrato de depósito com a CONAB. Intimação pessoal de réu solto da sentença condenatória. Prescindibilidade. Suficiência da intimação da defesa técnica. Prescrição pela pena em abstrato não verificada.

ApCrim 0000907-89.2000.4.03.6002

Desembargador Federal José Lunardelli..... 181

Organização criminosa. Operação Oversea. Tipicidade da conduta. Materialidade, autoria e dolo comprovado.

ApCrim 0005750-91.2014.4.03.6104

Desembargador Federal Nino Toldo192

Crime de contrabando. Cigarros. Crime formal. Insignificância. Excepcionalidade. Autoria e materialidade comprovadas. Condenação mantida. Dosimetria. Pena de multa não prevista no preceito secundário, nem fixada em sentença. Prestação pecuniária em conformidade com as circunstâncias do caso.

ApCrim 0000795-29.2016.4.03.6142

Desembargador Federal André Nekatschalow210

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Aposentadoria por idade. Segurado falecido. Recebimento dos valores em atraso da revisão do benefício do “de cujus”. Impossibilidade. Legitimidade para a causa. Falta de interesse de agir. Ausência de prévio requerimento. Inocorrência. Pensão por morte. Requisitos preenchidos. Benefício devido.

ApelRemNec 0004787-17.2014.4.03.6126

Desembargadora Federal Lucia Ursai.....221

Ação Rescisória. Pensão por morte. Habilitação tardia. Menor absolutamente incapaz. Pagamento desde o óbito do segurado instituidor. Co-dependente não integrante do mesmo núcleo familiar.

AR 0021848-96.2015.4.03.0000

Desembargador Federal Baptista Pereira..... 227

Aposentadoria por idade. Trabalhador rural. Regime de economia familiar.

ApelRemNec 0043044-98.2015.4.03.9999

Desembargadora Federal Inês Virgínia..... 245

Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição. Comprovação das condições especiais. Ruído. Uso de EPI. Frentista. Agentes biológicos. Implementação dos requisitos. DIB.

ApCiv 0046645-15.2015.4.03.9999

Desembargador Federal Paulo Domingues 255

Benefício por incapacidade. Suspensão. Fraude não comprovada. Cessação indevida. Apelação do INSS restrita à condenação por dano moral. Dano moral configurado.

ApCiv 0004738-26.2016.4.03.6119

Desembargadora Federal Marisa Santos 264

Pensão por morte de filho. Dependência econômica não caracterizada. Cooperação nas despesas. Benefício indevido.

ApCiv 0031559-06.2016.4.03.6301

Juiz Federal Convocado Rodrigo Zacharias 268

Ação Rescisória. Benefício assistencial. Incapacidade para o trabalho. Alteração da causa de pedir. Ações não idênticas. Função positiva da coisa julgada. Respeito ao decidido anteriormente. Exclusão dos valores em atraso.

AR 5011103-98.2017.4.03.0000

Desembargador Federal Sérgio Nascimento 273

Benefício assistencial de prestação continuada. Miserabilidade não configurada.

ApCiv 0012826-82.2018.4.03.9999

Desembargador Federal Luiz Stefanini 279

Revisão da RMI. Atividades concomitantes. Possibilidade de soma dos salários-de-contribuição.

EDcl ApCiv 5001722-44.2018.4.03.6107

Desembargador Federal Tânia Marangoni 284

Auxílio-reclusão. Qualidade de segurado. Recebimento de auxílio-doença pelo instituidor por meio de tutela antecipada posteriormente revogada. Manutenção da condição de segurado. Concessão indevida não pode prejudicar o requerente. Segurado desempregado. Baixa renda configurada. Requisitos preenchidos. Benefício devido.

ApCiv 5440488-31.2019.4.03.9999

Desembargador Federal Nelson Porfírio 287

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ação Rescisória. COFINS. Juízo de Retratação. Recurso Extraordinário sob Repercussão Geral 590.809/RS. Tema 136. Súmula 343/STF. Não incidência. Entendimento consolidado da Segunda Seção desta Corte. Acórdão compatível com a orientação do STF. Manutenção.

AR 0077000-47.2006.4.03.0000

Desembargadora Federal Diva Malerbi 295

Recurso Extraordinário. Admissibilidade. RE nº 564.354/SE. Repercussão Geral. RGPS. Teto constitucional. Entendimento de que não ofende o ato jurídico perfeito a aplicação imediata do art. 14 da Emenda Constitucional nº 20/1998 e do art. 5º da Emenda Constitucional nº 41/2003. Devolução dos autos à Turma julgadora. Juízo de retratação negativo. Benefício concedido antes da Constituição Federal de 1988.

RE ApelReex 0001784-14.2013.4.03.6183

Desembargador Federal Nery Júnior 305

<i>Embargos à Execução Fiscal. Penhora de bem imóvel pertencente a herdeiro.</i> ApCiv 0008360-37.2016.4.03.6112 Desembargador Federal Peixoto Junior	309
<i>Agravo em Suspensão de Liminar. Sustentação oral. Impossibilidade. Ação ordinária. Bloqueio de verbas públicas. Decisão judicial. Determinação de fornecimento de medicamento sob pena de indistinta indisponibilidade de recursos de município e da união federal. Julgamento de agravo de instrumento interposto contra decisão cujos efeitos constituem o objeto da suspensão de liminar. Prejudicialidade. Caracterização. Processo extinto sem resolução de mérito. Prejudicado o Agravo Regimental.</i> Ag SLAT 5020456-65.2017.4.03.0000 Desembargador Federal Therezinha Cazerta	311
<i>Prévio requerimento administrativo. Orientação fixada pelo C. STF, em sede de Repercussão Geral. Inobservância. Extinção sem resolução do mérito.</i> ApCiv 0020318-28.2018.4.03.9999 Juíza Federal Convocada Vanessa Mello	357
<i>Cumprimento de sentença. Execução. Extinção por decadência. Descabimento. Interesses individuais homogêneos. Limites subjetivos da sentença coletiva. Caso de incidência do lapso de prescrição quinquenal de prestações vencidas anteriormente ao ajuizamento da ação civil pública. Não caracterizado o direito potestativo. Inocorrência de prescrição da pretensão executória.</i> ApCiv 5000622-03.2018.4.03.6124 Desembargador Federal David Dantas	361
<i>Rescisória. Incompetência absoluta. Ocorrência. Pensão por morte decorrente de acidente de trabalho. Natureza previdenciária compete ao juízo federal. Natureza acidentária. Compete ao juízo estadual. “Iudicium rescindens”. Procedência da ação rescisória. “Iudicium rescisorium”. Anulação dos atos decisórios na ação subjacente. Verba honorária. Sem condenação.</i> AR 5007010-58.2018.4.03.0000 Desembargador Federal Carlos Delgado	366
<i>Execução Fiscal. Penhora “on line”. BACENJUD. Impenhorabilidade. Artigo 833, X, do CPC. Montante de até quarenta salários mínimos. Cadernetas de poupança, conta corrente, fundos de investimento ou papel-moeda.</i> AI 5009601-90.2018.4.03.0000 Desembargador Federal Mairan Maia	381
<i>Execução de título extrajudicial. Bloqueio de valores via BACENJUD. Verba de natureza alimentar. Salário. Transferência entre contas. Impenhorabilidade.</i> AI 5026765-68.2018.4.03.0000 Desembargador Federal Valdeci dos Santos	385
<i>Embargos à execução. Excesso de execução. Existência. Cálculo do contador judicial. Juros de mora e correção monetária. Lei nº 11.960/2009.</i> ApCiv 5030109-33.2018.4.03.9999 Desembargador Federal Toru Yamamoto	387

Conflito Negativo de Competência. Previdenciário. Juízo de Direito de Nova Andradina/MS x Juízo Federal de Ponta Porã/MS. Mudança de domicílio no curso da demanda. Princípio da “perpetuatio jurisdictionis” (art. 43 do CPC). Competência do Juízo de Direito suscitado.
CC 5005649-69.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Newton De Lucca 392

Cumprimento de sentença. Agravo de Instrumento. Execução invertida. Rito empregado nas ações previdenciárias. Princípios da economia e celeridade processual.
AI 5007425-07.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Gilberto Jordan 394

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Crime ambiental. Pesca predatória. Rio interestadual. Dano local. Competência da justiça estadual.

RSE 0000543-81.2018.4.03.6004

Desembargador Federal Fausto De Sanctis 399

Recurso em Sentido Estrito. Tráfico internacional de drogas. Substituição da prisão preventiva por domiciliar. Habeas Corpus Coletivo 143.641/ STF.

RSE 0002184-50.2018.4.03.6119

Desembargador Federal Mauricio Kato 407

Fraude na obtenção de financiamento bancário. Programa minha casa minha vida. Ausência de ofensa ao sistema financeiro nacional. Crime de estelionato. Competência da vara comum. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Ausência de requisitos.

RSE 0000066-07.2019.4.03.6139

Desembargador Federal Paulo Fontes 411

DIREITO TRIBUTÁRIO

Mandado de Segurança. Compensação. IRPJ e CSL. Alteração promovida pela Lei nº 13.670/2018. Anterioridade e irretroatividade.

ApReeNec 5002972-06.2018.4.03.6110

Desembargador Federal Fábio Prieto 417

Mandado de Segurança. Reoneração da folha de pagamento. Lei nº 13.670/2018. Segurança jurídica. Manutenção do regime durante o exercício fiscal em curso. Confiança que deve emergir do estado.

ApReeNec 5006301-50.2018.4.03.6102

Desembargador Federal Hélio Nogueira 420

Emenda Constitucional nº 33/2001. SESI. SENAI. Artigo 240 da CF. SEBRAE. Sistema S. Artigo 149, III da CF.

AI 5009750-52.2019.4.03.0000

Desembargador Federal Wilson Zauhy 425

SENTENÇAS

Declaração de inexistência de relação jurídica. Empresas abertas indevidamente em nome dos autores. Constituição das pessoas jurídicas eivadas de vícios. Atos praticados pelos fraudadores perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. Transtornos, prejuízo e consequências negativas às suas vidas pessoal e funcional. Nulidade das inscrições na dívida ativa em nome dos autores. Regularização da situação cadastral.
0005352-29.2009.4.03.6005
Juíza Federal Caroline Scofield Amaral 431

Ação Penal. Transpetro. Derramamento de óleo no canal de São Sebastião.
0000019-21.2014.4.03.6135
Juiz Federal Gustavo Catunda Mendes 437

Ação de Improbidade Administrativa. Auditor Fiscal da Receita Federal. Aquisição de bens em valores desproporcionais à sua renda. Gerência e administração de três empresas. Enriquecimento ilícito. Perda dos valores acrescidos ilícitamente ao patrimônio
0022691-31.2014.4.03.6100
Juíza Federal Sílvia Figueiredo Marques 464

Embargos de Declaração. Efeitos da decisão liminar. Indisponibilidade dos bens. Redução do valor da condenação.
0022691-31.2014.4.03.6100
Juíza Federal Sílvia Figueiredo Marques 474

Embargos à Execução. Operadora de telefonia. Imposto de Renda Retido na Fonte. Inexigibilidade do crédito tributário. Isenção tributária. Regulamento de Melbourne. Remessas de dinheiro ao exterior a título de contraprestação pela cessão de redes de telefonia utilizadas no exterior para completar a ligação internacional originada no Brasil.
0063507-66.2015.4.03.6182
Juiz Federal Roberto Lima Campelo 476

Ação Penal. Crimes de lesão corporal (art. 129), restrição de liberdade mediante cárcere privado (art. 148, § 1º, I) constrangimento ilegal (art. 146) e desacato (art. 331, todos do Código Penal). Perito nos autos da Reclamatória Trabalhista.
0007612-78.2016.4.03.6120
Juiz Federal Márcio Cristiano Ebert 483

Pensão por morte. Falecimento de suposta companheira. União homoafetiva. Prova exclusivamente testemunhal.
5001327-52.2017.4.03.6183
Juiz Federal Otávio Henrique Martins Port..... 498

SÚMULAS

Súmulas do TRF da 3ª Região..... 511

Súmulas da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região 515